

V FISCALIZAÇÃO ORDENADA

- 28 de Setembro de 2023 -



TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS EMENDAS PIX



TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

www.tce.sp.gov.br/ordenadas

TC 4499/989/23

TC de acompanhamento: 7511/989/23

Dimas Ramalho
Conselheiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIMPIA

Responsável pela Fiscalização

DSF-I

UR-8

REINALDO DOS SANTOS JUNIOR
Agente da Fiscalização

TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS “EMENDAS PIX”

CONTROLE EFICIENTE

O **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**, no cumprimento de seu papel de orientar e fiscalizar o cumprimento das leis aplicáveis aos seus jurisdicionados, aprimora e intensifica suas ações incentivando a correta aplicação do recurso público. Ao mesmo tempo em que a descentralização adotada com as Transferências Especiais - “Emendas Pix” permite uma maior agilidade nos mecanismos de repasses, desburocratizando procedimentos e possibilitando liberdade de aplicação

aos gestores locais na aplicação de valores, torna-se temerária a ausência de normativos específicos disciplinando a transparência das prestações de contas dos gastos realizados.

Imprescindíveis são, nesse contexto, medidas de controle envolvendo a fiscalização da destinação de tais recursos, como forma de evitar eventuais desvios, visando o efetivo emprego das emendas, em prol do interesse público.

Contexto da Fiscalização

TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS – “EMENDAS PIX”

Com a substancial elevação dos repasses de emendas parlamentares por intermédio da modalidade Transferências Especiais – “Emendas Pix”, necessária se faz a criação de mecanismos efetivos de controle da aplicação desses recursos. Isto porque, à despeito dos pressupostos resguardos à agilidade e à desburocratização dos procedimentos envolvendo a efetivação dos repasses, os normativos vigentes acabam por prescindir a elaboração de prévios planos de trabalho e formalização de ajustes entre os Entes Federativos, dispensando, dessa forma, as correspondentes prestações de contas, representando potenciais riscos à regular aplicação dos valores transferidos.

À vista de tal cenário, foi organizada a V Fiscalização Ordenada de 2023, com o objetivo de verificar a correta aplicação dos recursos recebidos pelos Municípios por meio das Transferência Especiais – “Emendas Pix”, em conformidade com os princípios constitucionais, visando o atendimento de políticas públicas efetivamente voltadas ao desenvolvimento social.

Dessa forma, esta Fiscalização Ordenada teve como escopo principal:

- A qualificação dos responsáveis pelo recebimento, controle e aplicação dos recursos recebidos;
- A verificação da correta contabilização das transferências recebidas e correspondentes despesas realizadas;
- O exame da movimentação financeira dos recursos em contas bancárias específicas;
- A regularidade das despesas com investimento e custeio pagos com as Emendas;
- A fiscalização da finalidade e destinação das transferências recebidas;
- Observar a transparência e controle social do total das transferências especiais.

Números da Fiscalização Ordenada

111 Servidores do TCESP empregados na fiscalização

100 Prefeituras Municipais fiscalizadas

132 Quesitos processados

V Fiscalização Ordenada 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIMPIA

A. IDENTIFICAÇÃO

A.1) Prefeitura Municipal de:

Resposta: **Olímpia**

Comentários: -

A.2) Nome do(a) Prefeito(a):

Resposta: **Fernando Augusto Cunha**

Comentários: -

A.3) CPF:

Resposta: **018.739.748-17**

Comentários: -

A.4) Email:

Resposta: **prefeito@olimpia.sp.gov.br**

Comentários: -

A.5) Nome do(a) Atual Responsável pela Contabilidade:

Resposta: **Mauro Sérgio Alves Boizan**

Comentários: -

A.6) CPF do(a) Atual Responsável pela Contabilidade:

Resposta: **058.268.238-01**

Comentários: -

A.7) CRC do(a) Atual Responsável pela Contabilidade:

Resposta: **1SP247134/O-0**

Comentários: -

A.8) Nome do(a) Atual Responsável pelo Controle Interno:

Resposta: **Caique Alexandre de Oliveira Borba**

Comentários: -

A.9) CPF do(a) Atual Responsável pelo Controle Interno:

Resposta: 432.145.888-93

Comentários: -

A.10) Gestor(a) Recebedor(a) Cadastrado(a) no Transferegov.br (antiga Plataforma +Brasil)?

Resposta: Ana Raquel de Oliveira

Comentários: -

A.11) CPF do(a) Gestor(a) Recebedor(a) Cadastrado(a) no Transferegov.br (antiga Plataforma +Brasil)?

Resposta: 219.640.148-08

Comentários: -

A.12) E-mail do(a) Gestor(a) Recebedor(a) Cadastrado(a) no Transferegov.br (antiga Plataforma +Brasil)?

Resposta: roliveira@olimpia.sp.gov.br

Comentários: -

A.13) E-mail do Município cadastrado no Transferegov.br (antiga Plataforma +Brasil)?

Resposta: fcunha@olimpia.sp.gov.br

Comentários: -

B. TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS - INFORMAÇÕES GERAIS

B.1) O Município recebeu transferências especiais em 2022, de origem Federal, para arcar com despesas de custeio (artigo 166-A, inciso I, da Constituição Federal)?

Resposta: Não

Comentários: -

B.2) O Município recebeu transferências especiais em 2023 (até 31/08/2023), de origem Federal, para arcar com despesas de custeio (artigo 166-A, inciso I, da Constituição Federal)?

Resposta: Não

Comentários: -

B.3) O Município recebeu transferências especiais em 2022, de origem Federal, para arcar com despesas de investimento (artigo 166-A, inciso I, da Constituição Federal)?

Resposta: Sim

Comentários: -

B.4) O Município recebeu transferências especiais em 2023 (até 31/08/2023), de origem Federal, para arcar com despesas de investimento (artigo 166-A, inciso I, da Constituição Federal)?

Resposta: Sim

Comentários: -

B.5) O Município, por seus sistemas próprios, consegue emitir, de maneira individualizada, o relatório de despesas empenhadas referente a cada Emenda Federal recebida?

Resposta: Sim

Comentários: -

B.6) Com relação às transferências especiais recebidas do GOVERNO FEDERAL em 2023 (artigo 166-A, inciso I, da Constituição Federal), o Município elaborou o Plano de Aplicação dos Recursos? Inciso II do § 2º do artigo 81 da Lei Federal nº 14.436/2022 - LDO da União para 2023.

Resposta: Não

Comentários: -

B.6.1) O Plano de Aplicação dos Recursos repassados pelo GOVERNO FEDERAL em 2023, foi encaminhado ao respectivo Poder Legislativo no prazo de trinta dias?

Resposta: -

Comentários: -

B.6.2) Foi dada ampla publicidade ao Plano de Aplicação dos Recursos, repassados pelo GOVERNO FEDERAL?

Resposta: -

Comentários: -

B.7) O respectivo Poder Legislativo foi comunicado, de alguma forma, no prazo de trinta dias, sobre o valor do recurso recebido do GOVERNO FEDERAL?

Resposta: Não

Comentários: -

B.8) Com relação às transferências especiais recebidas do GOVERNO FEDERAL em 2023 (artigo 166-A, inciso I, da Constituição Federal), o Município registrou as contratações públicas realizadas no Portal Nacional de Contratações Públicas, de que trata o artigo 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme § 3º do artigo 81 da Lei Federal nº 14.436/2022 - LDO da União para 2023?

Resposta: Não

Comentários: Licitação realizada com base na Lei nº 8.666/1993

B.9) O Município recebeu transferências especiais em 2022, de origem Estadual, para arcar com despesas de custeio (artigo 175-A, I, da Constituição do Estado de São Paulo)?

Resposta: Sim

Comentários: -

B.10) O Município recebeu transferências especiais em 2023 (até 31/08/2023), de origem Estadual, para arcar com despesas de custeio (artigo 175-A, I, da Constituição do Estado de São Paulo)?

Resposta: Não

Comentários: -

B.11) O Município recebeu transferências especiais em 2022, de origem Estadual, para arcar com despesas de investimento (artigo 175-A, I, da Constituição do Estado de São Paulo)?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

B.12) O Município recebeu transferências especiais em 2023, de origem Estadual, para arcar com despesas de investimento (artigo 175-A, I, da Constituição do Estado de São Paulo)?

Resposta: **Não**

Comentários: -

B.13) O Município, por seus sistemas próprios, consegue emitir, de maneira individualizada, o relatório de despesas empenhadas referente a cada Emenda Estadual recebida?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

B.14) Com relação às transferências especiais recebidas do GOVERNO DO ESTADO em 2023 (artigo 175-A, I, da Constituição do Estado de São Paulo), o Município elaborou o Plano de Aplicação dos Recursos?

Resposta: **Prejudicado (o município não recebeu recurso em 2023)**

Comentários: -

B.14.1) O Plano de Aplicação dos Recursos repassados pelo GOVERNO DO ESTADO em 2023, foi encaminhado ao respectivo Poder Legislativo no prazo de trinta dias?

Resposta: **-**

Comentários: -

B.14.2) Foi dada ampla publicidade ao Plano de Aplicação dos Recursos, repassados pelo GOVERNO DO ESTADO?

Resposta: **-**

Comentários: -

B.15) O respectivo Poder Legislativo foi comunicado, de alguma forma, no prazo de trinta dias, sobre o valor do recurso recebido do GOVERNO DO ESTADO?

Resposta: **Prejudicado (o município não recebeu recurso em 2023)**

Comentários: -

B.16) Com relação às transferências especiais recebidas do GOVERNO DO ESTADO em 2023 (artigo 175-A, I, da Constituição do Estado de São Paulo), o Município registrou as contratações públicas realizadas no Portal Nacional de Contratações Públicas?

Resposta: **Prejudicado (o município não recebeu recurso em 2023)**

Comentários: -

C. TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTAS BANCÁRIAS

C.1) Para os repasses de origem FEDERAL (art. 166-A, I, da CF), independentemente da data dos repasses, foram abertas contas bancárias, conforme o exercício da emenda, para movimentação das transferências especiais, conforme § 2º do artigo 7º da Portaria Interministerial ME/SEGOV nº 6.411, de 15 de junho de 2021?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

C.2) Houve aplicação financeira dos valores recebidos de origem FEDERAL (art. 166-A, I, da CF) mantidos em conta bancária?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

C.2.1) Qual o tipo de aplicação financeira?

Resposta: **Aplicações Automáticas**

Comentários: -

C.3) Todos os recursos FEDERAIS foram movimentados exclusivamente na conta aberta para este fim, sem transferência para outras contas que não sejam as dos fornecedores/credores das despesas?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

C.4) No caso das Emendas FEDERAIS (transferências especiais, artigo 166-A, I, da Constituição Federal) transferidas para o Município, o Órgão foi notificado, via e-mail, pela plataforma Transferegov.br, do recebimento da Emenda?

Resposta: **Não**

Comentários: -

D. TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS ESTADUAIS - CONTAS BANCÁRIAS

D.1) Para os repasses de origem ESTADUAL (art. 175-A, I, da CE), foi aberta uma única conta bancária para recebimento de transferências especiais, independentemente do número de indicações, nos termos do Decreto Estadual nº 66.426/2022?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

D.2) Houve aplicação financeira dos valores de origem ESTADUAL (transferências especiais, 175-A, I, da Constituição do Estado de São Paulo) mantidos em conta bancária?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

D.2.1) Qual o tipo de investimento?

Resposta: **Aplicações Automáticas**

Comentários: -

D.3) Todos os recursos ESTADUAIS (transferências especiais, 175-A, I, da Constituição do Estado de São Paulo) foram movimentados exclusivamente na conta aberta para este fim, sem transferência para outras contas que não sejam as dos fornecedores?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

D.4) No caso das Emendas ESTADUAIS (transferências especiais, 175-A, I, da Constituição do Estado de São Paulo), informar como o Órgão foi notificado das transferências especiais recebidas:

Resposta: **Sistema SP sem Papel (até 09/04/2023)**

Comentários: -

E. TRANSFERÊNCIA ESPECIAL SELECIONADA

E.1) Origem do Repasse:

Resposta: **Federal**

Comentários: -

E.2) Identificação do Repasse:

Resposta: **2022OB803914**

Comentários: -

E.3) Data do Recebimento:

Resposta: **01/07/2022**

Comentários: -

E.4) Valor recebido:

Resposta: **R\$ 250.000,00**

Comentários: -

E.5) A receita foi registrada corretamente quanto à classificação do código de aplicação?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

E.6) A transferência especial selecionada pela Fiscalização recebida pelo Município deverá ser aplicada em qual tipo de despesa?

Resposta: **Investimento**

Comentários: -

null) A Emenda selecionada pela Fiscalização para análise foi utilizada pelo município (houve realização de despesa em condições de serem fiscalizadas in loco)?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

E.8) Qual a modalidade de Licitação utilizada na aplicação dos recursos das transferências especiais recebidas pelo Município?

Resposta: **Tomada de Preços**

Comentários: -

E.9) Identificação da Nota de Empenho que será objeto de análise na fiscalização in loco (Exemplo: NE 1234/2022):

Resposta: 17221/2022 e 830/2023

Comentários: -

E.10) Data de Emissão da Nota de Empenho:

Resposta: 17/11/2022

Comentários: A data do empenho 830 foi 24/01/2023

E.11) A despesa selecionada para fiscalização in loco foi registrada corretamente quanto à classificação do código de aplicação?

Resposta: Sim

Comentários: -

E.12) Por amostragem, os recursos da transferência especial em análise foram aplicados em despesas com pessoal e encargos sociais relativos a ativos e inativos, e com pensionistas?

Resposta: Não

Comentários: -

E.13) Por amostragem, os recursos da transferência especial em análise foram aplicados em encargos referentes ao serviço da dívida?

Resposta: Não

Comentários: -

E.14) Por amostragem, a transferência especial em análise foi aplicada pelo Município em despesa de capital ou em despesa corrente, de acordo com a natureza do repasse recebido (se o repasse recebido se referir à receita de capital, deve ser integralmente aplicado em despesa de capital; se o repasse recebido se referir à receita corrente, deve ser aplicado integralmente em despesa corrente)

Resposta: Sim

Comentários: -

E.15) A despesa a ser verificada in loco, durante fiscalização operacional, se refere a:

Resposta: Obras/Serviços de Engenharia

Comentários: -

F. APLICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS SELECIONADAS - OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

F.1) Nome do Contratado e Identificação do instrumento jurídico selecionado para fiscalização in loco:

Resposta: Polo 17 Engenharia e Locação LTDA, CNPJ: 07.734.121/0001-06, Contrato nº 356/2022.

Comentários: -

F.2) Valor do Contrato:

Resposta: R\$ 488.470,89

Comentários: -

F.3) Qual a modalidade de Licitação utilizada na contratação da OBRA/SERVIÇO DE ENGENHARIA?

Resposta: Tomada de Preços

Comentários: -

F.4) Identificar a OBRA/LOCAL DO SERVIÇO DE ENGENHARIA objeto da aplicação do repasse (dados do imóvel construído, reformado, rua pavimentada etc.):

Resposta: Construção da Academia da Saúde, localizada na Av. Romilda Minari Zangirolami, bairro Residencial Viva Olímpia.

Comentários: -

F.5) Informar endereço da OBRA/LOCAL DO SERVIÇO DE ENGENHARIA objeto da aplicação do repasse (endereço do imóvel construído, reformado, rua pavimentada etc.):

Resposta: Av. Romilda Minari Zangirolami, bairro Residencial Viva Olímpia.

Comentários: -

F.6) A OBRA/SERVIÇO DE ENGENHARIA visa atender atividades finalísticas da Administração:

Resposta: Sim

Comentários: -

F.7) Informar o atual estágio da execução da OBRA/SERVIÇO DE ENGENHARIA:

Resposta: Em andamento

Comentários: -

F.8) Data de Emissão da Ordem de Serviço da OBRA/SERVIÇO DE ENGENHARIA:

Resposta: 21/11/2022

Comentários: -

F.9) Data Inicialmente Prevista para Conclusão da OBRA/SERVIÇO DE ENGENHARIA:

Resposta: 21/04/2023

Comentários: -

F.10) Data de Paralisação da OBRA/SERVIÇO DE ENGENHARIA:

Resposta: Prejudicado

Comentários: -

F.11) Data de Conclusão da OBRA/SERVIÇO DE ENGENHARIA:

Resposta: Prejudicado

Comentários: -

F.12) Em visita à OBRA/SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob o pressuposto da amostragem, foi(ram) constatada(s) irregularidade(s)?

Resposta: Não

Comentários: -

F.13) Caso a OBRA/SERVIÇO DE ENGENHARIA tenha sido concluída, atualmente ela está atendendo ao objetivo para o qual foi construída?

Resposta: Prejudicado (a obra/serviço não foi concluída)

Comentários: -

G. APLICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS SELECIONADAS - BENS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES

G.1) Nome do Contratado e Identificação do instrumento jurídico selecionado para fiscalização in loco:

Resposta: -

Comentários: -

G.2) Valor da Despesa:

Resposta: -

Comentários: -

G.3) Qual a modalidade de Licitação utilizada na aquisição de BENS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES?

Resposta: -

Comentários: -

G.4) Identificar, por amostragem, os BENS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES adquiridos:

Resposta: -

Comentários: -

G.5) Os BENS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES recebidos estão em conformidade com os contratados (verificação por amostragem)?

Resposta: -

Comentários: -

G.6) A aquisição dos BENS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES se trata integralmente de aplicação em atividade finalística:

Resposta: -

Comentários: -

H. APLICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS SELECIONADAS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

H.1) Nome do Contratado e Identificação do instrumento jurídico selecionado para fiscalização in loco:

Resposta: -

Comentários: -

H.2) Valor da Despesa:

Resposta: -

Comentários: -

H.3) Qual a modalidade de Licitação utilizada na contratação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS?

Resposta: -

Comentários: -

H.4) Identificar a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS contratada:

Resposta: -

Comentários: -

H.5) No caso de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, existem documentos que comprovem a efetiva e integral prestação dos serviços (verificação por amostragem)?

Resposta: -

Comentários: -

H.6) Na inspeção in loco, a Fiscalização constatou alguma irregularidade na PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS contratados?

Resposta: -

Comentários: -

H.7) A contratação da PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS se trata integralmente de aplicação em atividade finalística:

Resposta: -

Comentários: -

I. APLICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS SELECIONADAS - MATERIAL DE CONSUMO

I.1) Nome do Contratado e Identificação do instrumento jurídico selecionado para fiscalização in loco:

Resposta: -

Comentários: -

I.2) Valor da Despesa:

Resposta: -

Comentários: -

I.3) Qual a modalidade de Licitação utilizada na contratação da MATERIAL DE CONSUMO?

Resposta: -

Comentários: -

I.4) Identificar o MATERIAL DE CONSUMO adquirido:

Resposta: -

Comentários: -

I.5) No caso de aquisição de MATERIAL DE CONSUMO, constam os registros de entrada, de saída e o saldo atual em estoque de todos os itens adquiridos?

Resposta: -

Comentários: -

I.6) Na inspeção in loco, a Fiscalização constatou divergência entre o saldo registrado em estoque e a quantidade verificada na inspeção física (verificação por amostragem), nos MATERIAIS DE CONSUMO?

Resposta: -

Comentários: -

I.7) Os MATERIAIS DE CONSUMO recebidos estão em conformidade com os contratados (verificação por amostragem)?

Resposta: -

Comentários: -

I.8) A aquisição do MATERIAL DE CONSUMO se trata integralmente de aplicação em atividade finalística:

Resposta: -

Comentários: -

J. APLICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS SELECIONADAS - ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

J.1) Nome da Entidade/Identificação do Repasse:

Resposta: -

Comentários: -

J.2) Valor transferido para a entidade, considerando exclusivamente o decorrente da emenda selecionada para fiscalização in loco:

Resposta: -

Comentários: -

J.3) O repasse ocorreu para aplicação pela entidade em qual tipo de despesa?

Resposta: -

Comentários: -

J.4) O repasse selecionado para fiscalização in loco foi precedido de Chamamento Público, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014?

Resposta: -

Comentários: -

J.5) Há comprovação de que os valores repassados pela Prefeitura à entidade foram aplicados em atividades finalísticas?

Resposta: -

Comentários: -

J.6) Em visita ao local da prestação de serviço pela entidade recebedora do repasse pelo Município, sob o pressuposto da amostragem, foram constatadas irregularidades?

Resposta: -

Comentários: -

K. APLICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS SELECIONADAS - DESAPROPRIAÇÃO

K.1) Nome do Indenizado e identificação do instrumento jurídico selecionado para fiscalização in loco:

Resposta: -

Comentários: -

K.2) Valor da Despesa:

Resposta: -

Comentários: -

K.3) Identificar o imóvel objeto de DESAPROPRIAÇÃO:

Resposta: -

Comentários: -

K.4) Informar endereço do objeto de DESAPROPRIAÇÃO:

Resposta: -

Comentários: -

K.5) Informar o objetivo que se busca atingir com o imóvel objeto de DESAPROPRIAÇÃO:

Resposta: -

Comentários: -

K.6) A DESAPROPRIAÇÃO visa atender atividades finalísticas da Administração:

Resposta: -

Comentários: -

K.7) Caso a DESAPROPRIAÇÃO tenha sido concluída, atualmente ela está atendendo ao objetivo pretendido?

Resposta: -

Comentários: -

K.8) Em visita ao imóvel objeto de DESAPROPRIAÇÃO, sob o pressuposto da amostragem, foram constatadas irregularidades?

Resposta: -

Comentários: -

L. TRANSPARÊNCIA/COMPLIANCE

L.1) Foram prestadas informações no portal do GOVERNO FEDERAL (Transferegov.br), para fins de transparência e controle social de todas as transferências especiais, os dados e informações referentes à execução dos recursos recebidos, INDEPENDENTEMENTE DO ANO DE RECEBIMENTO (somente repasses federais: artigo 166-A, I, da Constituição Federal):

Resposta: Sim

Comentários: Porém a obra ainda não foi concluída.

L.2) Foram registrados em ambiente digital de gestão documental instituído pelo GOVERNO ESTADUAL ("São Paulo Sem Papel" ou equivalente), os dados e informações referentes à execução de todos os recursos recebidos, INDEPENDENTEMENTE DO ANO DE RECEBIMENTO, nos termos do parágrafo único do artigo 11 do Decreto Estadual nº 66.426/2022 (artigo 175-A, I, da Constituição do Estado de São

Resposta: Não

Comentários: -

L.3) O Portal de Transparência do Município possui link exclusivo com informações sobre todos os valores recebidos e a execução dos recursos oriundos das transferências especiais, sejam eles de origem Estadual ou Federal?

Resposta: Não

Comentários: -

L.4) A execução dos recursos foi objeto de fiscalização por parte do Controle Interno do Município, INDEPENDENTEMENTE DO ANO DE RECEBIMENTO?

Resposta: Não

Comentários: -

M. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

M.1) Existe(m) outra(s) ocorrência(s) digna(s) de nota?

Resposta: **Não**

Comentários: -